

Comissão vota hoje mandato de Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização deverá definir hoje, em sessão matutina, a duração do mandato do presidente José Sarney, entre quatro e cinco anos. Os que defendem cinco anos, com eleições em 89, invocam o princípio da isonomia, já que esse foi o período aprovado anteriormente, como regra geral.

A decisão será tomada no capítulo das disposições transitórias do projeto Bernardo Cabral. Na parte permanente ficou estabelecido que o mandato de presidente da República é de cinco anos, como regra geral. Há vários pedidos de destaque fixando a eleição presidencial em 15 de novembro de 1988 e para 120 dias após a promulgação da futura Constituição.

Marcando eleições presidenciais em 15 de novembro de 1989 — mandato de cinco anos a Sarney — há emenda do senador Nelson Carneiro, com pedido de destaque do próprio autor. O deputado Pimenta da Veiga também pediu destaque à emenda Nelson Carneiro, para rejeitar, pois defende eleições em 15 de novembro de 1988.

Há, ainda, emenda do deputado paulista José Egreja (PTB), fixando eleições presidenciais para dezembro de 1989. Outras emendas estabelecem o término do mandato de Sarney em março de 89, outras, em março de 90 e até 91.

DÚVIDA CONTINUA

As previsões ontem continuavam inseguras: os defensores de eleições em 88 diziam que ganharão e os que defendem eleições em 89, com mandato de cinco anos para Sarney, declaravam-se confiantes na sua aprovação, mesmo com margem estreita — quatro a seis votos.

Um dos defensores do mandato de cinco anos, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), parlamentarista, enviou ofício ao líder do partido na Assembléia Constituinte, pedindo sua substituição. Ele ficou isolado na bancada do PMDB pernambucano a favor do mandato de cinco anos para Sarney. Há informações de que o governador Miguel Arraes teria influenciado a decisão do deputado, pois já se teria definido a favor de eleições presidenciais em 88. Covas pediu à bancada pernambucana que indique o substituto de Oswaldo Lima Filho.

Outros defensores do mandato de cinco anos, como o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), reafirmaram ontem que poderão votar por quatro anos, se o presidente da República não se comprometer a acatar a decisão anterior da Comissão de Sistematização, pelo sistema parlamentarista. "Mas é claro que ele não vai cruzar os braços. Aproveitando o mandato de cinco anos Sarney começará a batalha para tentar aprovar no plenário da Constituinte o presidencialismo", disse Mário Covas.

Já o parlamentarista Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Comissão de Sistematização, confirmou que votará a favor do mandato de cinco anos para o atual presidente. "Minha posição é conhecida há três meses" — disse ontem o senador fluminense. A decisão de Afonso Arinos monstrou que José Richa e Bernardo Cabral não tiveram êxito na tentativa de mudar o seu voto para quatro anos.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) confirmaram: votarão pelas eleições em 1988. "Se votar, ou se for aprovado mandato de cinco anos, não sei como poderia enfrentar meus alunos" — comentou o senador paulista. "Se passarem eleições em 89, e com meu voto, não teria condições nem de entrar no elevador no meu prédio" — disse o deputado fluminense.

Ontem, no início da tarde, líderes dissidentes do PFL, tendo à frente Jorge Bornhausen, Saulo Queiroz, Carlos Chiarelli, Jayme Santana, Lúcio Alcântara, Mendes Thame e outros, entregaram documento ao presidente nacional do partido, senador Marco Maciel, a favor de eleições gerais em 1988.

Na opinião de líderes do PMDB, a posição do PFL a favor de eleições gerais não passa de mero expediente político, para tentar angariar "simpatia e respaldo eleitoral". O líder Mário Covas, por exemplo, comentou que o PFL está convencido da inviabilidade da proposta de eleições gerais em 88.

"Por que atingir governadores e parlamentares eleitos legitimamente pelo voto direto e secreto?", indagou o líder do PMDB na Constituinte. Covas, entretanto, fez a ressalva: se houver um movimento "para valer" a favor de eleições gerais em 88, ele estará na linha de frente.

O senador José Richa defende eleições em 88 para presidente da República, discordando do argumento do Planalto de que Sarney tem direito ao mesmo período que terão os próximos presidentes. O senador paranaense lembrou que governadores e parlamentares foram eleitos diretamente, como o serão os futuros presidentes.



Cabral e Ulysses acertam detalhes para votação de hoje

Eleição geral em 88, 'muito inconveniente'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Reunidos para um jantar que se prolongou numa longa conversa que só acabou na madrugada de ontem, na residência do ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, o presidente José Sarney e o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, concluíram ser "muito inconveniente" para o País a realização de eleições gerais no ano que vem. Mas o prato principal do jantar não foi a discussão das eleições: foi a anistia para os militares punidos desde 1964, que a Comissão de Sistematização vota hoje.

O anfitrião, general Ivan Mendes, disse que da análise feita sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte durante o jantar resultou também a opinião de que não apenas o governo precisa de tempo para concluir vários projetos em andamento, como também o Congresso Nacional entrará numa nova fase igualmente importante de elaboração das leis complementares da nova Constituição. Tudo isso desaconselha a antecipação das eleições para presidente da República.

CONFIANÇA

Durante o jantar o presidente José Sarney disse estar confiante em que a Comissão de Sistematização "não será discriminatória" com o seu mandato, "mantendo os cinco anos de duração".

A idéia do jantar partiu do próprio chefe do SNI, que ao convidar Sarney lembrou o fato de ele ainda não ter visitado a sua residência na península dos ministros. Segundo o general Ivan Mendes, a reunião não teve características políticas, "embora inevitavelmente a política tenha entrado em pauta".

O presidente Sarney compareceu acompanhado da mulher, dona

Marly, e ficou até alta madrugada, "falando de vários assuntos, trocando idéias e relaxando ao final de uma semana de muitas atividades", como disse. No entanto, como a Comissão de Sistematização se encontra na fase final dos trabalhos, o presidente aproveitou para manifestar a sua confiança na manutenção do mandato de cinco anos, adquirida depois de uma cuidadosa contabilização dos números favoráveis a essa posição.

O presidente acredita também que a tendência para os cinco anos será mantida no plenário graças à capacidade de articulação das lideranças políticas que o apóiam na Constituinte.

SÁBADO TRANQUÍLO

Sarney passou o dia de ontem tranquilamente no seu sítio "São José do Pericumã", onde não recebeu nenhum político do plano federal para discutir questões como duração de mandato ou regime de governo. O único político que esteve com o presidente foi o prefeito de Luziânia, município onde está localizado o sítio. O encontro com o prefeito Orlando Roriz durou uma hora, e ambos conversaram "apenas amenidades".

Roriz não estava na agenda das visitas esperadas pelo presidente para o fim de semana, mas ao se anunciar no portão da fazenda disse que iria apenas entregar uma encomenda ao presidente e sairia logo. Antes esteve no sítio o secretário particular de Sarney, Jorge Murad, trazendo em sua companhia o presidente do grupo Sharp, Mathias Machiline, que disse estar ali "apenas para uma visita ao amigo".

Por volta do meio-dia chegaram as únicas visitas que o presidente José Sarney realmente esperava: Jorge Amado e sua mulher, a escritora Zélia Gattai. O casal também disse que estava ali "para visitar o amigo" e conversar. "Certamente sobre literatura", frisou Jorge.

Militares já concordam com anistia do projeto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Pela primeira vez desde que começaram os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em abril, os militares acatam a proposta da anistia contida no relatório a ser votado. E é sob esse clima — anuência dos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica — que a Comissão de Sistematização vota hoje o artigo da anistia, contido nas disposições transitórias.

"O ônus financeiro vai ser muito pequeno e a anistia a ser votada não atinge mais que meia dúzia de militares que tiveram participação na Intentona de 1935. E todos eles já estão com idade bastante avançada", informou o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, ao justificar seu voto favorável a essa nova anistia que beneficia até o ex-secretário do PCB, Luiz Carlos Prestes.

A emenda a ser votada hoje pelos constituintes concede anistia "a todos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulga-

ção da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares" e aos que foram abrangidos pelos decretos referentes a sua participação no movimento de 1934. Como o artigo constitucional faz alusão à necessidade de serem respeitados os prazos de permanência no serviço ativo, os militares mostram-se tranquilos porque não haverá reintegração, constituindo-se o pagamento de atrasados em quantias bem menores do que se fossem mantidos os benefícios aos militares atingidos por atos administrativos, como nos projetos anteriores.

Essa anistia seria mesmo um dos itens a serem debatidos hoje em almoço — reunião entre o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves e os senadores José Richa e deputado Bernardo Cabral. O almoço foi cancelado no último momento devido ao vazamento de informação. No final da tarde de ontem, no entanto, Cabral e Richa estiveram com o ministro do Exército em local reservado.

Mantida a autonomia universitária

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização terminou, ontem, a votação da Seção III, do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que trata da assistência social. Foi mantida a íntegra do texto do anteprojeto do relator e a comissão aprovou emenda de autoria do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), concedendo ampla autonomia às universidades, incluindo a extensão universitária entre os princípios a serem observados pelo ensino superior.

A emenda do deputado baiano, apoiada pela relatoria através de

pronunciamento da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), foi criticada pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), sob a alegação de que deve caber à lei dispor sobre a questão da autonomia, "de modo que a sociedade possa exercer controle sobre ela". Sandra Cavalcanti aplaudiu a inclusão da extensão entre os princípios que devem nortear o ensino superior, considerada por ela "como o carro-chefe daquelas que pensam em buscar a soberania em termos de progresso".

ACORDO DE LÍDERES

A emenda do deputado Jorge Hage foi aprovada por 74 votos contra 13 e quatro abstenções, e resulta de entendimento entre as lideranças

para corrigir a ausência da expressão "extensão", considerada por Sandra Cavalcanti uma omissão dos relatores na redação do segundo substitutivo Bernardo Cabral. A emenda foi do caput do artigo 239 e parágrafo 2º do projeto.

A Comissão de Sistematização rejeitou em seguida emenda de autoria do deputado Agripino Oliveira (PFL-SP), que pretendia suprimir o parágrafo 1º do mesmo artigo 239, que dispõe: "As comunidades interessadas poderão participar do controle de gestão financeira e patrimonial", segundo redação aprovada com base na emenda do deputado Jorge Hage.